



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

PROCESSO Nº 22/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

Processo Licitatório nº 22/2018, Pregão Presencial nº 14/2018

Razão Social: _____

CNPJ nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____

Recebemos através do acesso à página www.pmcoxilha.rs.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura

Caro Interessado,

Visando comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria o preenchimento do recibo de retirada do Edital, que deve ser remetido à Divisão de Licitação por meio do email: licita@pmcoxilha.rs.gov.br. A não remessa do recibo exime o Departamento de Licitação da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Divisão de Licitação

Prefeitura do Município de Coxilha – RS.



CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.

O Município de Coxilha, Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, torna público aos interessados que, de acordo com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade Pregão Presencial, Decreto Municipal n.º 819/2007 e pelas condições contidas no ato convocatório e aquelas que compõem seus anexos, encontra-se aberta à licitação sob a Modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO**, e que, em **11/05/2018 às 09 horas** na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Avenida Fioravante Franciosi, n.º. 68, Bairro Centro, junto ao Centro Administrativo, estará recebendo propostas e documentação para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.**

1 - LOCAL, DATA E HORA

1.1. A sessão pública será realizada no dia **11/05/2018** com início às **09** horas, horário de Brasília – DF.

1.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas até as 09 horas do mesmo dia (horário de Brasília-DF), sendo que as mesmas deverão ser apresentadas em via impressa e por meio magnético (CD, DVD ou Pen Drive), seguindo orientações do item 3.1.

1.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2 - DO OBJETO

2.1. - Constitui objeto desta licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE COXILHA – RS**, nas condições de segurança exigidas pelas leis, para atendimento das necessidades da rede de ensino público.



2.2. - O roteiro do Transporte Escolar, definido pela Secretaria Municipal de Educação compõe-se do itinerário abaixo, conforme descrito no Termo de Referência em anexo.

ITINERÁRIO Nº 06 / LINHA = ARROIO DE FÁTIMA

3 - PARTICIPAÇÃO

3.1 Os participantes do Pregão Presencial devem baixar o Programa para Digitação das Propostas *SYSPropostas* o qual se encontra disponível no link www.systempro.com.br/sysproposta/sapi (O arquivo de proposta financeira somente poderá ser aberto para preenchimento através do aplicativo SysPropostas, disponível gratuitamente no link <http://www.systempro.com.br/sysproposta/sapi> . Para baixar o arquivo de propostas, clicar com o botão direito do mouse sobre o arquivo, ir na opção "salvar link como", para posterior preenchimento) sendo que, a empresa participante deverá fazer o download do programa, seguindo todas as instruções, somente através deste programa será possível abrir o arquivo de preenchimento da proposta financeira (arquivo disponível no site www.pmcoxilha.rs.gov.br). Ao final da digitação das propostas pelo Programa SYSPropostas, os participantes do Pregão Presencial deverão imprimir uma cópia das propostas e colocar no envelope nº 01 e também salvar uma cópia do arquivo de retorno gravado em mídia (CD, DVD, Pen Drive) que deverá ser apresentado DENTRO do envelope nº 01.

3.1.2 Sendo que a empresa que não apresentar o arquivo em mídia eletrônica dentro do envelope estará sujeita a desclassificação, sendo decisão tomada pela Pregoeira.

3.2 Poderão participar desta licitação as empresas que na data marcada para abertura das propostas não estejam em situação irregular com a Fazenda Federal, Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, e ainda, com o FGTS e INSS.

- a) Para participar do certame, a empresa licitante, além de atender ao disposto no item 01 deste edital, deverá apresentar a proposta de preço e a documentação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, e devidamente identificados.
- b) Os envelopes: nº 01 contendo a Proposta de Preço e nº 02 contendo a Documentação referente a este edital, serão recebidos até às **09 horas do dia 11/05/2018**, na sala do



Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Coxilha-RS, sito Av. Fioravante Franciosi nº 68, centro, juntamente com as propostas em meio magnético.

- c) Após a hora limite para o recebimento dos envelopes solicitados, nenhum outro será aceito, nem permitidos adendos ou alterações às ofertas apresentadas.
- d) Serão consideradas inexistentes quaisquer condições trazidas pelos licitantes alheias às descritas neste Edital.
- e) O não cumprimento de qualquer item deste Edital implicará desclassificação da proposta.
- f) O Município reserva-se o direito de aceitar total ou parcialmente quaisquer propostas, ou a todas rejeitar, sem que caiba aos proponentes direito à indenização de qualquer espécie.

3.3 A empresa de pequeno porte e microempresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006, deverão comprovar o seu enquadramento em tal situação jurídica.

3.4. Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação.

3.5. Não será admitida a participação de empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

3.6. Forma de Apresentação dos Envelopes (Proposta e Documentação para Habilitação)

As empresas participantes da presente licitação entregarão 02 (dois) envelopes separados e fechados / lacrados, que serão recebidos pela Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio no dia, hora e local mencionados no preâmbulo. A proposta deverá ser assinada em sua última folha e rubricada nas demais pêlos proponentes ou seus procuradores constituídos, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, contendo as seguintes determinações:

3.6.1 Envelope número 01 - PROPOSTA FINANCEIRA



MUNICÍPIO DE COXILHA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018
ENVELOPE Nº 01 - Proposta Financeira
NOME COMPLETO DO LICITANTE

3.6.1.1 Conteúdo obrigatório do envelope Nº 1 - A Proposta Financeira deverá ser apresentada em linguagem clara e explícita, sem rasuras ou entrelinhas, datada e assinada por seu representante legal, contendo:

- a) Identificação da empresa licitante, razão social, endereço completo e telefone atual da empresa proponente, número do CNPJ, nome completo do representante apto a assinar o Contrato, cargo ocupado e endereço para encaminhamento do Contrato;
- b) Indicação do ITINERÁRIO pretendido, com preço por km rodado, observando-se preço máximo de referência;
- c) Indicação da validade mínima da proposta de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do recebimento da proposta;
- d) Além das informações citadas nos itens anteriores, a “Proposta Financeira”, deverá estar acompanhada dos seguintes documentos:
 - d.1) Planilha de Custos de Transporte, devidamente preenchida, conforme modelo anexo.
 - d.2) Declaração expressa da disponibilidade do(s) veículo(s) e condutor(es) necessário(s) ao cumprimento do objeto licitado, em conformidade com os requisitos e exigências do art. 136 a 139 e 329, do Código de Trânsito Brasileiro, relacionando o tipo de veículo, placa, ano/modelo de fabricação, quantidade de lugares, além de identificar o(s) condutor(es)/motorista(s);

Observações:

- 1 - Não serão aceitas propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, qualquer das obrigações deste Edital, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais as que contiverem preços vis, excessivos, ou superiores ao valor de referência do município.
- 2 - Os valores deverão ser expressos em REAIS, somente 2 (duas) casas após a



virgula.

3 - Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições das propostas ou de quaisquer documentos.

4 - Os itens com rasuras e/ou retificações serão desclassificados.

5 - Os veículos indicados como disponíveis para um Itinerário, não poderão ser indicados para outro, visto a incompatibilidade de horário.

3.6.2 - Envelope número 02 – DOCUMENTAÇÃO

MUNICÍPIO DE COXILHA PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018 ENVELOPE Nº 02 – Documentos para Habilitação NOME COMPLETO DO LICITANTE
--

3.6.2.1. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do Ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

II - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Em relação a empresa licitante:

- a) Um (01) “Atestado para comprovação de aptidão para desempenho de atividade” pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, a ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

Em relação ao(s) veículo(s) indicado(s) para realização do transporte:

- b) Cópia do CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, vigente, do veículo a ser destinado pra realização dos serviços a serem contratados, de titularidade e



propriedade da empresa licitante;

- c) Comprovante de registro como veículo de passageiros;
- d) Cópia do DPVAT - Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres, vigente, do veículo a ser destinado pra realização dos serviços a serem contratados, de titularidade e propriedade da empresa licitante;
- e) Comprovante de pagamento do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, do veículo a ser destinado pra realização dos serviços a serem contratados;

Em relação ao condutor do veículo indicado para realização do transporte:

- f) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria "D";
- g) Comprovante do CPF(s) do(s) motorista(s);
- h) Cópia da Carteira(s) de Identidade(s) do(s) motorista(s), com idade superior a 21 (vinte e um) anos de idade;
- i) Certidão, expedida pelo Órgão competente (DETRAN), de não ter cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou de ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
- j) Certificado de aprovação em Curso Especializado nos termos da regulamentação do CONTRAN;
- k) Certidão Negativa do Registro de Distribuição Criminal relativo a Crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, em conformidade com o disposto no art. 329 do Código de Trânsito Brasileiro;
- l) Em não sendo Sócio ou Proprietário, apresentar comprovante de vínculo empregatício do condutor com a empresa licitante;

III - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de pedido de falência, concordata ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias;
- b) Declaração de Idoneidade, e sob as penalidades cabíveis a superveniência de fato impeditivo, para contratar com o poder público, conforme prescreve o inciso IV, Art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações, conforme modelo Anexo,

IV. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:



- a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ).
- c) Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o seu objeto contratual.
- d) Prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa).
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.
- f) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- h) Prova de que o licitante não sofreu sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública, disponível no CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS), com acesso no site: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis>

V - CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

- a) Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo anexo.
- b)

Observações: Os documentos acima elencados poderão ser apresentados através de cópias, desde que AUTENTICADAS em Cartório ou por funcionário desta Prefeitura.

4 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1 A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto à pregoeira, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

4.1.1 A identificação da pessoa do representante será realizada, exclusivamente, através da



apresentação de documento de identidade e/ou CPF e documento conforme do item 4.2.

4.2 O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a. se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar conforme o caso:

- a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado e autenticado; ou
- a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações, autenticado; ou
- a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil, autenticada; ou
- a.4) decreto de autorização, no qual esteja expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, ou
- a.5) registro comercial, se empresa individual.

Observação: Se apresentado qualquer documento do item 4.2, “a”, no credenciamento, estará dispensada sua apresentação junto com a documentação referida no item 3.6.2.1.

b. se representada por procurador, deverá apresentar:

- b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou
- b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o Contrato Social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer



uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

c) Enquadramento de ME/EPP (se for o caso).

4.3. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 4.2 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

4.4 Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

5 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

5.1 No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, a pregoeira juntamente com a equipe de apoio inicialmente efetuará o credenciamento em conformidade com o item 4 e receberá os envelopes nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS – e nº 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO.

5.2 Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

6 - PROPOSTA DE PREÇO

6.1 A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas e deverá conter obrigatoriamente o disposto no item 3.6.1.1 deste edital.

7 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

7.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas.

7.1.1. Caberá à Pregoeira, com parecer jurídico, decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

7.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para



realização do certame.

8 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 O julgamento das propostas classificadas segundo os parâmetros estabelecidos neste Pregão Presencial será realizado pela Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio e obedecerá ao critério do **MENOR PREÇO POR KM RODADO POR ITINERÁRIO**, levando em conta o atendimento obrigatório de todas as exigências constantes neste Edital.

8.2 Esta Licitação será processada e julgada com a observância da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente ao disposto nos Artigos 43 e 44, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

8.3 Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

8.4 Não havendo, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

8.5 No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

8.6 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.7 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida à ordem prevista no item 4.4.

8.8 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.9 Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 17 deste Edital.

8.10 O desinteresse em apresentar lance verbal quando convocada pela pregoeira, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

PROCESSO Nº 22/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

8.11 Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo a pregoeira negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.12. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pela pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.13. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, a pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

8.14. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário por km rodado, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

8.15. Serão **DESCLASSIFICADAS** as propostas que:

- a. não atenderem as exigências contidas no objeto desta licitação.
- b. forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c. afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos editalícios;
- d. contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestadamente inexequíveis, bem como acima do valor de referência.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.16 Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no Edital.

8.17 Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos



interpostos.

8.18 A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de licitações deste município.

8.19 Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar dentro do envelope nº 02, os documentos relacionados no item 3.6.2.1.

9.2 O envelope da documentação que não for aberto ficará em poder da pregoeira pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

10 – DA ADJUDICAÇÃO

10.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, à licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

10.2 Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, a pregoeira inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que a pregoeira poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

10.3 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará as licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 3 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.



11.2 Constarão na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 3 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

11.3 A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

11.4 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de dois dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

11.5 O protocolo de recursos enviados via "Fax ou e-mail", não será aceito, ocorrerá na data em que a via original dar entrada na Prefeitura Municipal de Coxilha.

12 – DA CONTRATAÇÃO, DOS PRAZOS, DA GARANTIA E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - Esgotados todos os prazos recursais, a administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

12.2 - O prazo de que trata o item anterior, poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

ANTES DA CELEBRAÇÃO DA CONTRATAÇÃO O LICITANTE VENCEDOR DO CERTAME DEVERÁ APRESENTAR À CONTRATANTE:

- a) Comprovante vigente de Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança a ser realizada em estabelecimento devidamente habilitado e credenciado junto ao DAER;
- b) Comprovante de efetivação e pagamento de seguro complementar aos passageiros (cópia da apólice), nos valores mínimos descritos no Edital, com comprovante de pagamento da 1ª parcela, caso parcelado, ou a totalidade do



valor.

12.3 - O termo inicial será o de sua assinatura e terá vigência até o final do ano letivo de 2018, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado pelas partes por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993. Após um ano de vigência, o contrato será reajustado, pelo índice médio acumulado da variação positiva do índice: IGP-M/FGV.

12.3.1 - A parte que não pretender a prorrogação deverá manifestar a sua intenção, no prazo de 30 (trinta) dias, antes do término de cada exercício contratual.

12.4 - Sem prejuízo da plena responsabilidade da contratada, todos os serviços serão fiscalizados pelo Município, através de comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação, a qualquer hora, dentro dos padrões determinados pela Lei Federal n.º. 8.666 de 21-06-1993 e alterações posteriores e pela Secretária Municipal de Educação, que atuará como fiscal do contrato.

13 - DOS PAGAMENTOS E DO REAJUSTE

13.1 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, **até o décimo dia útil** seguinte ao mês vencido, na Tesouraria do Município, mediante apresentação de Nota Fiscal, desde que o Contratado entregue o Boletim dos serviços prestados, na Secretaria Municipal de Educação, até o último dia útil do mês em curso. O valor a ser pago será aquele resultante dos serviços efetivamente realizados.

13.2 Os tributos devidos pela prestação dos serviços serão retidos na fonte, conforme legislação relacionada, observado o enquadramento legal de cada Empresa.

13.3 Nas datas em que houver reajuste dos preços de combustíveis serão promovidos o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, reajustando somente o valor correspondente ao custo do combustível envolvido no preço de cada itinerário. O reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser requerido por escrito pela empresa licitante contratada, a qual deverá apresentar documentos fiscais e notícias/informações divulgados na mídia que comprovem o efetivo reajuste do custo do combustível.

14- DAS OBRIGAÇÕES E DAS PENALIDADES



14.1 O licitante prestador de serviços que vier a contratar com a Administração, comprometer-se-à a efetuar, com rigorosa pontualidade, os recolhimentos legais, relativos ao INSS, PIS, FGTS, ISS, etc., fornecendo, antes do recebimento dos valores a que tem direito, cópia autenticada dos respectivos comprovantes do mês anterior, devidamente quitados, sem o que não serão liberados os valores correspondentes.

14.2 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, os licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a administração, pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a administração, pelo prazo de dois anos;
- c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a administração, pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- e) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a administração, pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- f) Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a administração, pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

14.3 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

14.4 Nenhum pagamento será efetuado pela administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

15 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



15.1 Pela inexecução Total ou Parcial do Contrato, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa de 01 % (um por cento) por dia de atraso, limitado a 30 (trinta) dias, após o qual será considerada inexecução contratual.
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, acumulada com multa de 10% (dez por cento), no caso de inexecução parcial do contrato e, de 30 % (trinta por cento) no caso de inexecução total do contrato.
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar *ou* contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou.
- V. Rescisão do Contrato, pelos motivos previstos no art. 78 da Lei 8.666/93, conforme caso.

16 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Secretaria Municipal de Educação

Locação de Meios de Transporte

Dotação Orçamentária: 06.03.12.361.0047.2055

Elemento da Despesa: 3.3.90.33.03.00.00

Recurso: 1020

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Não serão aceitas propostas e documentações enviadas via Fax ou e-mail.
- b) O proponente poderá participar apenas no itinerários em que tiver disponibilidade de veículos para sua execução, nos termos solicitados neste Edital.
- c) Não é lícita a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa, em decorrência dos Princípios do Sigilo das Propostas e da Competitividade (TC Decisão 1911/00).
- d) A apresentação da proposta pela licitante, implica aceitação do disposto neste Edital,



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

PROCESSO Nº 22/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

- bem como, das normas legais que regem a matéria e, se por ventura, a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.
- e) Os veículos e os condutores deverão seguir o CTB - Código de Trânsito Brasileiro - sendo os mesmos inspecionados / fiscalizados pela Contratante.
 - f) Os veículos colocados à disposição dos serviços contratados deverão atender a todas as exigências da legislação e regulamento de trânsito, atuais ou que venham a ser exigidas pelos órgãos normatizadores, principalmente as referentes ao transporte de escolares.
 - g) A contratada assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venham, dolosa ou culposamente, prejudicar o Município, quando da execução dos serviços.
 - h) Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo do contratado, cabendo-lhe, ainda, inteira responsabilidade por quaisquer acidentes de que possam vir a ser vítimas os seus empregados, quando em serviço, bem como quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros e ao Município.
 - i) O Município se reserva o direito de alterar o horário dos serviços, de acordo com sua conveniência e a qualquer tempo, durante a vigência do contrato. Os serviços serão executados nos itinerários indicados em conformidade com o Item 1 - Do Objeto, deste edital. Quando necessário o aumento ou supressão de quilometragem para atender a demanda do transporte dos alunos, ocasionando alteração de rota, o contratado obriga-se a aceitar a realização do novo itinerário, nas mesmas condições contratadas, alterando-se apenas a quantia de quilômetros, a serem pagos proporcionalmente ao efetivamente realizado.
 - j) Se houver readaptação de alunos, tendo em vista o zoneamento dos alunos em escolas próximas de suas residências, ou ainda agrupamento de itinerários, bem como qualquer outro fator que tome desnecessário o transporte naquele itinerário, o contrato será automaticamente rescindido, sem direito à indenização.
 - k) A inabilitação do licitante em qualquer das fases do procedimento licitatório importa preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

PROCESSO Nº 22/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

- l) A rota de transporte escolar será adjudicada ao proponente classificado em primeiro lugar, obedecido aos critérios de julgamento.
- m) O CONTRATADO deverá apresentar-se diariamente nos locais designados para o embarque dos escolares, bem como efetuar seu transporte de retorno a base, de conformidade com os horários pré-estabelecidos, sendo estes estabelecidos pelo Órgão Municipal competente. O transporte deverá ser **EXCLUSIVO** para os alunos listados e autorizados pela Secretaria Municipal de Educação, todos sentados, conforme exigências do Código Nacional de Trânsito, ficando vedado, inclusive, o transporte de familiares ou quaisquer outras pessoas, durante o percurso do Itinerário.
- n) Constitui motivo para a rescisão do Contrato, a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e no Contrato. (Art. 78, Inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93).
- o) Fica o Contratante autorizado a rescindir o contrato relativo a quaisquer linhas de transporte contratadas, a qualquer momento, substituindo o serviço por veículo próprio, com base no interesse público. Em razão do interesse público não caberá ao contratado direito à indenização.
- p) O Contratante, quando verificar que o veículo e/ ou condutor não estão mais em conformidade com as exigências legais e contratuais poderá rescindir o contrato a qualquer momento e substituí-lo por ônibus da Prefeitura, independente do(s) itinerário(s).
- q) O licitante vencedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- r) Da reunião para recebimento e abertura das propostas lavrar-se-á Ata Circunstanciada. Só terão direito de usar a palavra, ofertar lances, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as atas, os licitantes ou seus representantes credenciados, a pregoeira oficial e os membros da equipe de apoio.
- s) A homologação da Presente Licitação é de competência do Senhor Prefeito Municipal.
- t) Os casos omissos, e as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela pregoeira e



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

PROCESSO Nº 22/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

respectivos membros da equipe de apoio, que se valerá dos dispositivos legais regedores da matéria.

- u) Constitui anexos deste Edital de Pregão Presencial, fazendo parte integrante do mesmo, o Termo de Referência, Minuta do Contrato de Prestação de Serviços, Mapa dos Itinerários e demais modelos de documentos.
- v) Esclarecimentos na área de habilitação, cadastramento e aquisição do Edital, serão obtidos junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Coxilha, situada na Av. Fioravante Franciosi, 68, ou pelo telefone 54 3379-2500, ramal 2507 e informações sobre a prestação de serviços, junto à Secretaria Municipal de Educação, pelo telefone (54) 3379 2500, ramal 2514, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente.

Prefeitura Municipal de Coxilha 27 de abril de 2018.

ADÃO AIRTON DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal Em Exercício

Este edital se encontra examinado e aprovado
por esta Procuradoria Jurídica.

Em ___ / ___ /2018.

Cleber Oro
Procurador jurídico
OAB 85.613/RS



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

ITINERÁRIO Nº 06 / LINHA = ARROIO DE FÁTIMA

Manhã – O ônibus sai da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pantaleão Thomaz segue até de propriedade Adroaldo Vinhaga, retornando pela mesma estrada passando pela propriedade Adécio Bressan passando pela propriedade de Ademir Keller, seguindo até Adelino Pelissaro, segue até Orlando Keller passando pela comunidade, segue até Orides Rodrigues, retorna pela estrada geral, segue e entra na propriedade de Geni Sirtolli, retorna segue até a propriedade de Joaquim Pirolli, retorna novamente até a estrada geral, segue até Pedro rebeschini, entra a esquerda e segue até a Granja Agrodanieli (sede 2) retorna, seguindo até a Granja Agrodanieli (sede 1), entra direita e segue até Granja Agrodanieli (sede III), retorna na estrada geral passa pela propriedade de Odilon Albuquerque até a RS 135. Segue em direção a RS 135 sentido a cidade de Sertão, entra na propriedade da Granja Barquetti, entrando na Granja Zonta II retorna na RS 135 sentido Coxilha, passando na Escola Municipal de Educação Infantil Tia Sila, Escola Municipal de Ensino Fundamental Pantaleão Thomaz, Escola Estadual de Ensino Médio Visconde de Araguaia. (52 km)

Meio dia - O ônibus sai da Escola Municipal de Educação Infantil Tia Sila, Escola Municipal de Ensino Fundamental Pantaleão Thomaz, Escola Estadual de Ensino Médio Visconde de Araguaia saindo pela ERS 135 em direção à cidade de Sertão, entrando na Granja Zonta II. Então, entra na Granja Barquetti, retorna à ERS 135 até a entrada de São Sebastião, passando pela propriedade de Odilon Albuquerque entrando à direita e seguindo até a Granja Agrodanieli (sede 1) seguindo até a Granja Agrodanieli (sede 2), retorna segue até a granja Agrodanieli (sede 3) então retorna, até a estrada geral, passa pela propriedade de Pedro Rebeschini, e Itibere Bittencourt, entra na propriedade de Joaquim Pirolli, retorna e segue a linha geral entrando à esquerda vai até a propriedade de Geni Sirtolli retorna seguindo a direção da comunidade Arroio de Fátima entrando à direita até a propriedade de Orides Rodrigues, retorna e passa pela comunidade até Orlando Keller, retorna novamente vai a propriedade de Adelino Pelissaro retornando, segue até a propriedade de Adroaldo Vinhaga, retorna segue até Adécio Bressan, passa pela propriedade Ademir Keller retorna pela estrada



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

PROCESSO Nº 22/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

principal indo até a comunidade de Arroio de Fátima (Capela) passando pela encruzilhada da divisa do município, chegando a estrada principal retorna em direção à São Sebastião, segue até ERS 135 retornando à Coxilha. (52 km)

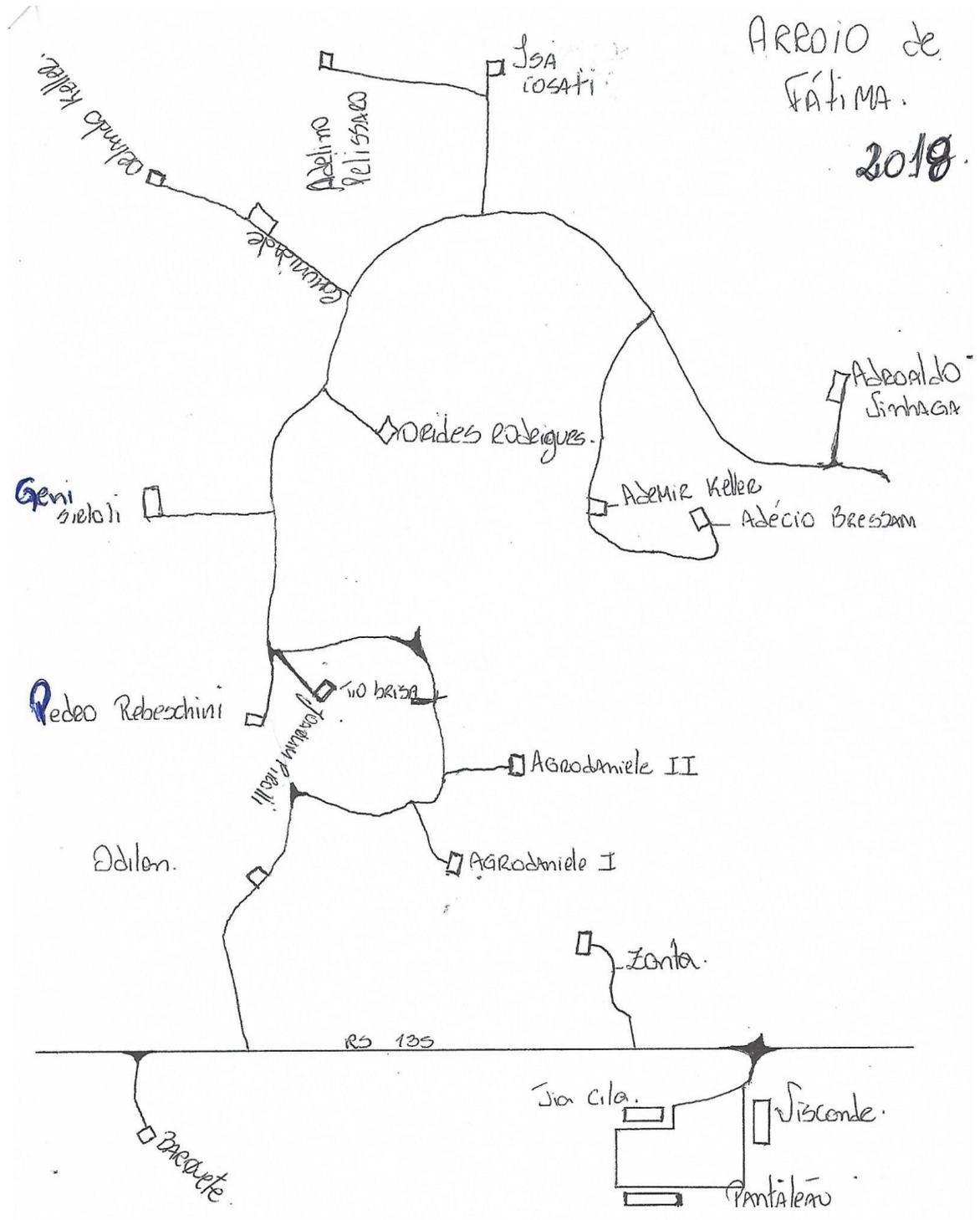
Total: 118 km, destes percorridos 18 km em asfalto e o restante em estrada de chão.

Total de alunos: 21 alunos

Ano do Veículo: 2003 ou superior



ANEXO II
MAPA DO ITINERÁRIO





Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

PROCESSO Nº 22/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

ANEXO III

MINUTA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N ° /2018

PREGÃO PRESENCIAL N° /2018

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE COXILHA – RS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COXILHA, Estado do Rio Grande do Sul, pessoa Jurídica de Direito interno, com sede à Av. Fioravante Franciosi, 68, inscrito no CNPJ nº 92.411.933/0001-90, devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ILDO JOSÉ ORTH**, residente e domiciliado nesta cidade, denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na Rua _____, _____, Cidade de _____, neste ato representada por seu _____, Senhor _____, _____, _____, _____, inscrito no CPF sob nº _____, RG nº _____, residente e domiciliado na Rua: _____, Cidade de _____, denominada **CONTRATADA:**

Pelo presente instrumento as partes já discriminadas e adiante firmadas, têm entre si justo e contratado o disposto nas cláusulas seguintes, sujeitando-se principalmente às normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste contrato a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE COXILHA – RS**, nas condições exigidas no Processo de Licitação nº 22/2018 Pregão Presencial nº14/2018, para atendimento das necessidades da



rede de ensino público, executando o seguinte trajeto:

LINHA = ARROIO DE FÁTIMA

Manhã – O ônibus sai da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pantaleão Thomaz segue até de propriedade Adroaldo Vinhaga, retornando pela mesma estrada passando pela propriedade Adécio Bressan passando pela propriedade de Ademir Keller, seguindo até Adelino Pelissaro, segue até Orlando Keller passando pela comunidade, segue até Orides Rodrigues, retorna pela estrada geral, segue e entra na propriedade de Geni Sirtolli, retorna segue até a propriedade de Joaquim Pirolli, retorna novamente até a estrada gera, segue até Pedro rebeschini, entra a esquerda e segue até a Granja Agrodanieli (sede 2) retorna, seguindo até a Granja Agrodanieli (sede 1), entra direita e segue até Granja Agrodanieli (sede III), retorna na estrada geral passa pela propriedade de Odilon Albuquerque.até a RS 135. Segue em direção a RS 135 sentido a cidade de Sertão, entra na propriedade da Granja Barquetti, entrando na Granja Zonta II retorna na RS 135 sentido Coxilha, passando na Escola Municipal de Educação Infantil Tia Sila, Escola Municipal de Ensino Fundamental Pantaleão Thomaz, Escola Estadual de Ensino Médio Visconde de Araguaia. (52 km)

Meio dia - O ônibus sai da Escola Municipal de Educação Infantil Tia Sila, Escola Municipal de Ensino Fundamental Pantaleão Thomaz, Escola Estadual de Ensino Médio Visconde de Araguaia saindo pela ERS 135 em direção à cidade de Sertão, entrando na Granja Zonta II. Então, entra na Granja Barquetti, retorna à ERS 135 até a entrada de São Sebastião, passando pela propriedade de Odilon Albuquerque entrando à direita e seguindo até a Granja Agrodanieli (sede 1) seguindo até a Granja Agrodanieli (sede 2), retorna segue até a granja Agrodanieli (sede 3) então retorna, até a estrada geral, passa pela propriedade de Pedro Rebeschini, e Itibere Bittencourt, entra na propriedade de Joaquim Pirolli, retorna e segue a linha geral entrando à esquerda vai até a propriedade de Geni Sirtolli retorna seguindo a direção da comunidade Arroio de Fátima entrando à direita até a propriedade de Orides Rodrigues, retorna e passa pela comunidade até Orlando Keller, retorna novamente vai a propriedade de Adelino Pelissaro retornando, segue até a propriedade de Adroaldo Vinhaga, retorna segue até Adécio Bressan, passa pela propriedade Ademir Keller retorna pela estrada principal indo até a comunidade de Arroio de Fátima (Capela) passando pela encruzilhada da



divisa do município, chegando a estrada principal retorna em direção à São Sebastião, segue até ERS 135 retornando à Coxilha. (52 km)

Total: 118 km, destes percorridos 18 km em asfalto e o restante em estrada de chão.

Total de alunos: 21 alunos

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1 - Ao contratado será pago o valor de R\$......(xxxxxxxxxxxx) por quilômetro (km) rodado, constante da linha e itinerário contratado.

2.2 - O valor exigido mensalmente pela empresa contratada à contratante a ser descrito no documento fiscal deverá corresponder ao número de dias letivos (dias de transporte efetivamente realizado) multiplicado pela quilometragem diária e pelo valor do Km rodado contratado;

2.3 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, até o décimo dia útil seguinte ao mês vencido, na Tesouraria do Município, mediante apresentação de Nota Fiscal, desde que o Contratado entregue o Boletim dos serviços prestados, na Secretaria Municipal de Educação, até o último dia útil do mês em curso. O valor a ser pago será aquele resultante dos serviços efetivamente realizados e atestados;

2.4 - Os tributos devidos pela prestação dos serviços serão retidos na fonte, conforme legislação relacionada, observado o enquadramento legal da Empresa.

2.5 - Nas datas em que houver reajuste dos preços de combustíveis serão promovidos o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, reajustando somente o valor correspondente ao custo do combustível envolvido no preço de cada itinerário.

2.6 - O reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser requerido por escrito pela empresa licitante contratada, a qual deverá apresentar documentos fiscais e notícias/informações divulgados na mídia que comprovem o efetivo reajuste do custo do combustível.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, DOS REAJUSTES ANUAIS E DA FISCALIZAÇÃO

3.1 - O presente contrato entra em vigor na sua assinatura e terá vigência até findar o ano



letivo de 2018, podendo ser prorrogado pelas partes por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993. No caso de haver prorrogação do contrato, o valor do mesmo poderá sofrer incidência do índice IGPM/FGV, acumulado dos 12 meses anteriores.

3.2 - A parte que não pretender a prorrogação deverá manifestar a sua intenção, no prazo de 30 (trinta) dias, antes do término de cada exercício contratual.

3.2.1 - Nos períodos de férias e de recesso escolar não serão devidos valores à empresa contratada, a qual será remunerada exclusivamente pelos quilômetros efetivamente realizados, mediante autorização da Secretaria Municipal da Educação.

3.3 - Sem prejuízo da plena responsabilidade da contratada, todos os serviços serão fiscalizados pelo Município, através de comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação, a qualquer hora, dentro dos padrões determinados pela Lei Federal n.º. 8.666 de 21-06-1993 e alterações posteriores e pela Secretária Municipal de Educação, que atuará como fiscal do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Os recursos financeiros correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria Municipal de Educação

Locação de Meios de Transporte

Dotação Orçamentária: 06.03.12.361.0047.2055

Elemento da Despesa: 3.3.90.33.03.00.00

Recurso: 1020

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

5.1 - Toda vez que a contratada necessitar substituir, mesmo que temporariamente, tanto o veículo como o condutor, deverá solicitar autorização, na Secretaria Municipal de Educação mediante apresentação dos documentos acima relacionados, relativos ao novo veículo ou ao novo condutor, desde que atendam as condições mínimas exigidas no edital de Licitação de Contratação;

5.2 - A contratada compromete-se a manter rigorosamente em dia e em condições de



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

PROCESSO Nº 22/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

trafegabilidade o veículo prestador do serviço contratado, com os componentes de segurança indispensáveis para garantir o transporte dos escolares;

5.3 - A contratada deverá apresentar-se diariamente nos locais designados para o embarque dos escolares, bem como efetuar seu transporte de retorno à base, de conformidade com os horários pré-estabelecidos, devendo tratar com cortesia os alunos e os agentes de fiscalização da contratante.

5.4 - Os veículos colocados à disposição dos serviços contratados deverão atender a todas as exigências da Legislação e regulamento de trânsito, atuais ou que venham a ser exigidas pelos órgãos normatizadores, principalmente as referentes ao transporte de escolares: tacógrafo, pintura do dístico ESCOLAR, lanternas, cinto de segurança, etc. Também deverão estar aptos a atender ao aumento da demanda e ao número de alunos que possuem acesso ao serviço de transporte que variam de acordo com o calendário escolar e atividades das escolas municipais.

5.5 - Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da CONTRATADA, cabendo-lhe ainda, inteira responsabilidade por quaisquer acidentes de que possam vir a ser vítimas ou seus empregados, quando em serviço, bem como quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros e a CONTRATANTE.

5.6 - O Município se reserva o direito de alterar o horário dos serviços, de acordo com sua conveniência e a qualquer tempo, durante a vigência do contrato. Os serviços serão executados no itinerário indicados em conformidade com o Itinerário contratado. Quando necessário o aumento ou supressão de quilometragem para atender a demanda do transporte dos alunos, ocasionando alteração de rota, o contratado obriga-se a aceitar a realização do novo itinerário, nas mesmas condições contratadas, alterando-se apenas a quantia de quilômetros, a serem pagos proporcionalmente ao efetivamente realizado.

5.7 - Se houver readaptação de alunos, tendo em vista o zoneamento dos alunos em escolas próximas de suas residências, ou ainda agrupamento de itinerários, bem como qualquer outro fator que tome desnecessário o transporte naquele itinerário, o contrato será automaticamente rescindido, sem direito à indenização.

5.8 O Município se reserva o direito de alterar o horário dos serviços, de acordo com sua



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

PROCESSO Nº 22/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

conveniência e a qualquer tempo, durante a vigência do contrato. Os serviços serão executados no itinerário indicado em conformidade com o itinerário contratado. Quando necessário o aumento ou supressão de quilometragem para atender a demanda do transporte dos alunos, ocasionando alteração de rota, o contratado obriga-se a aceitar a realização do novo itinerário, nas mesmas condições contratadas, alterando-se apenas a quantia de quilômetros, a serem pagos proporcionalmente ao efetivamente realizado.

5.9 Se houver readaptação de alunos, tendo em vista o zoneamento dos alunos em escolas próximas de suas residências, ou ainda agrupamento de itinerários, bem como qualquer outro fator que tome desnecessário o transporte naquele itinerário, o contrato será automaticamente rescindido, sem direito à indenização.

5.10 - O contratado deverá apresentar-se diariamente nos locais designados para o embarque dos escolares, bem como efetuar seu transporte de retorno a base, de conformidade com os horários pré-estabelecidos, sendo estes estabelecidos pelo Órgão Municipal competente. O transporte deverá ser **EXCLUSIVO** para os alunos listados e autorizados pela Secretaria Municipal de Educação, todos sentados, conforme exigências do Código Nacional de Trânsito, ficando vedado, inclusive, o transporte de familiares ou quaisquer outras pessoas, durante o percurso do Itinerário.

5.11 - Constitui motivo para a rescisão do Contrato, a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e no Contrato. (Art. 78, Inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93).

5.12 - Fica o Contratante autorizado a rescindir o contrato relativo a quaisquer linhas de transporte contratadas, a qualquer momento, substituindo o serviço por veículo próprio, com base no interesse público. Em razão do interesse público não caberá ao contratado direito à indenização.

5.13 O Contratante, quando verificar que o veículo e/ ou condutor não estão mais em conformidade com as exigências legais e contratuais poderá rescindir o contrato a qualquer momento e substituí-lo por ônibus da Prefeitura, independente do(s) itinerário(s).

5.14 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte cinco por cento) do valor



inicial atualizado do contrato;

5.15 - Os condutores do transporte escolar deverão freqüentar os cursos, treinamentos, palestras e similares promovidos pela Contratante, sempre que solicitados.

5.16 - A CONTRATADA deverá apresentar para a Secretaria Municipal de Educação até o final de cada mês, a planilha constante dos seguintes dados:

- a) Quilometragem percorrida;
- b) Número de alunos beneficiados pelo transporte escolar durante o período;

Observações:

- motivo de alteração de trajeto – justificativa;
- escolas que não tiveram aula – especificando turno;
- dias letivos ou atividades extraclasse solicitados pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Pela inexecução Total ou Parcial do Contrato, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa de 01 % (um por cento) por dia de atraso, limitado a 30 (trinta) dias, após o qual será considerada inexecução contratual.
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, acumulada com multa de 10% (dez por cento), no caso de inexecução parcial do contrato e, de 30 % (trinta por cento) no caso de inexecução total do contrato.
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar *ou* contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou.
- V. Rescisão do Contrato, pelos motivos previstos no art. 78 da Lei 8.666/93, conforme caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL

7.1. O presente contrato tem por fundamento legal as disposições da Lei Federal n.º 8.666, de



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

PROCESSO Nº 22/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n.º 819/2007, bem como as disposições editalícios do Pregão Presencial nº14/2018.

CLÁUSULA OITAVA – DA RECISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas no Artigo 78, itens I e XVII, da Lei 8.666/93, e alterações posteriores, bem como as demais hipóteses previstas neste contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Passo Fundo – RS, na forma do Art. 55, da Lei Federal n.º 8.666/93, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

9.2. As partes, por estarem de perfeito acordo, assinam o presente instrumento impresso em 2 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Município De Coxilha, em de abril de 2018.

ILDO JOSÉ ORTH

Prefeito Municipal

Contratante

EMPRESA

Contratada

TANIELA DE CESARO

Secretaria Municipal de Educação

Fiscal



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

PROCESSO Nº 22/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

PROCESSO Nº 22/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

PROCESSO Nº 22/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

Declaração de Idoneidade À Comissão de Licitações A empresa (Razão Social da Licitante), através de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2018.

Representante Legal
Carimbo da Empresa.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

PROCESSO Nº 22/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

ANEXO V

PLANILHA DE CUSTOS DE TRANSPORTE (MODELO)

PLANILHA DE CUSTOS DE TRANSPORTE

INTINERÁRIO: ARROIO DE FATIMA

CAPACIDADE DE ALUNOS TRANSPORTADOS				
Turno	Manhã	Tarde	Noite	TOTAL
Alunos	21			21
QUILOMETRAGEM PERCORRIDA				
Km Pavimentado				18,00
Km sem Pavimento				100,00
Km Total				118,00
TEMPO NECESSARIO				
Tempo conduzindo o veiculo/Dia				3,20
Tempo de espera por Dia				4,00
Tempo total por Dia				7,20
Taxa de Uso do Veiculo por Mês				1,00
SEGURO POR ALUNO				
R\$ Seguro / Aluno				
VEICULOS				
Tipo/Ano/Mod		MICRO-ONIBUS	2003	
Combustivel		DIESEL		
R\$ Litro de Combustivel				3,350
R\$ Veiculo				45.000,00
R\$ Veiculo com 1 ano a mais de fabricação				41.500,00
Km/l em Via Pavimentada				3,00
Km/l em Via não Pavimentada				2,50
Relação Manut./Comb. Via pavimentada				0,40
Relação Manut./Comb. Via não pavimentada				0,60
Valor do IPVA Anual				
Valor do Seguro Obrigatorio Anual				251,33
Valor do Licenciamento Anual				81,77
INFORMAÇÕES ADICIONAIS				
Media de Dias letivos no mês				20
Media de Horas Uteis Motorista/Mês				144
Meses Uteis no Ano				8
IMPOSTOS				
Simples				4,00%
ISSQN				3,00%
TOTAL				7,00%
CUSTO VARIAVEL MENSAL				
Combustivel				3.082,00
Manutenção				1.500,00
Seguro Aluno				
Total				4.582,00
MOTORISTA E ENCARGOS (MENSAL)				
Salario Mensal/Pro-labore				2.000,00
1/12 13° Salario				166,67
1/3 Férias				55,56
FGTS				263,99
INSS Empresa				
SENAT				
Extras do Salario				
Quantidade de motoristas				1
Custo Mensal (12 meses)				2.486,22
CUSTO FIXO MENSAL				
Valor IPVA Anual				
Valor Seguro Obrigatorio Anual				251,33
Valor Licenciamento Anual				76,72
Escritorio Contabil Anual				4.800,00
Financeira Anual				
Depeciação Anual				5.000,00
Seguro Total Anual				961,17
Outras Despesas Anual				2.200,00
Total do Custo Fixo Anual				13.289,22
Taxa de uso do Veiculo				1,00
Parcela do Fixo Mensal (08 meses)				1.661,15
DEFINIÇÃO DO PREÇO				
Taxa de Retorno de Investimento/ano				0%
Lucro Anual: R\$				47,45
Lucro Mensal: R\$				5,93
Preço do Trajeto Mensal: R\$				9.392,80
Imposto Mensal: R\$				657,50
Preço Km Rodado: R\$				3,98
RELAÇÃO CUSTOS COM O PREÇO				%
Combustivel				32,81
Manutenção				15,97
Impostos				7,00
Motorista				26,47
Lucro sobre o Faturamento				0,06
Outros				17,69